



**PARECER JURÍDICO nº 006/2018 - RBF**

Projeto de Lei nº 03/2018

Autor(a): Executivo Municipal

**NOVA REDAÇÃO - PROJETO DE LEI - CRIAÇÃO  
CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL - POLÍTICAS  
PÚBLICAS - PREVENÇÃO DE ÁLCOOL DROGAS E  
VALORIZAÇÃO DA VIDA - COMVVIDA -  
COMPETÊNCIA EXCLUSIVA - PROJETO LEGAL E  
CONSTITUCIONAL.**

**1. RELATÓRIO**

---

Cuida-se de projeto de lei, de ordem do Exmo. Prefeito Municipal, que pretende dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 3.076/2017.

Referido artigo trata-se da composição do COMVVIDA - Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Prevenção de Álcool e Drogas e Valorização da Vida, no Município de Cordeirópolis, que hodiernamente é composto por 24 (vinte e quatro) membros e na proposta apresentada seria composto por 22 (vinte e dois) membros, excluindo-se o representante do Poder Judiciário e do Ministério Público.

O Exmo. Prefeito municipal requereu a tramitação do presente feito em regime de urgência, nos termos do artigo 53 da Lei Orgânica do Município.



É o breve intróito.

Passo a opinar.

## **2. ANÁLISE JURÍDICA**

---

### **2.1. Do requerimento de urgência**

De início, o artigo 53 da LOMC - Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, garante que, quando solicitado pelo Exmo. Prefeito a tramitação do projeto de lei em regime de urgência - e não de urgência especial, o feito tenha seu trâmite legislativo pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Assim, deverá atentar os nobres servidores e Edis sobre a solicitação alçada pelo proponente.

### **2.2. Exame de Admissibilidade**

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 - CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:



I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;  
(grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo reparo.

### **2.3. Da legalidade**

Quanto à propositura cumpre destacar que é bem verdade que o Município tem competência para organizar o seu funcionalismo, bem como para definir o modelo estruturante da administração pública, com vistas na melhor prestação de serviços de sua alçada (art. 30, I, CRFB/88) já que consectário da autonomia administrativa.

Bem por isso que a competência para deflagrar o processo legislativo para dispor sobre o criação de cargos na Administração Direta e Indireta municipal é exclusiva do prefeito, nos exatos termos do art. 49, II da LOMA:





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



**Art. 49)** Compete, exclusivamente, ao **Prefeito** a iniciativa dos projetos de leis que disponham sobre:

(...)

**II- criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Diretorias Municipais e órgãos da administração pública;**

(...)

**(destacado)**

Ademais, a pretensão é apenas dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 3.076/17, que cuida da representatividade perante o referido Conselho, que hodiernamente é composto por 24 (vinte e quatro) membros e na proposta apresentada seria composto por 22 (vinte e dois) membros, excluindo-se o representante do Poder Judiciário e do Ministério Público, o que não há nenhum impeditivo.

Portanto, o projeto se mostra legal e constitucional.

### 3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei nº 03/2018, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 26 de Fevereiro de 2018.

  
**ROBERTO BENETTI FILHO**  
Diretor Jurídico

PROTOCOLO Nº

00220/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

DATA: 28/02/2018

HORA: 12:02

Autoria: Diretor Jurídico

Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Nº 3/2018 Dá nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 3.076, de 1º de dezembro de 2017,